

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA JUSTIFICATIVA

O Termo de Referência visa estabelecer a prestação de Serviço de Radiologia, com boas condições técnicas e de infraestrutura, considerando atender a demanda de exame radiologia aos usuários do SUS, atendido na UPA Cassino e nas Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF) Cassino, Bolaxa, Querência, Senandes, Barra, UBS Parque Marinha e Parque São Pedro. Preza, assim, pela prestação de serviços em consonância com as políticas sociais, a variedade de perfil dos pacientes e inovação tecnológica; oferecendo suporte para a organização da Saúde Pública do Município do Rio Grande - RS.

Esta contratação justifica-se para qualificação do atendimento da UPA Cassino e UBSF,s situadas na região litorânea do município. Considerando que na UPA cassino contamos com 7 leitos de observação e retaguarda e sala de estabilização (emergência). Considerando a pandemia de COVID-19 tais leitos já contam no Plano Municipal de contingência de enfrentamento a Pandemia. A instalação do serviço de RX na unidade agiliza e respalda o atendimento de urgência, bem como é de suma importância no atendimento a vítimas de síndromes respiratórias, no qual tal exame é fundamental para a conduta médica a ser utilizada. Bem como diminui o fluxo de pessoas circulando e desafogando o serviço hospitalar. Por fim, justifica-se também a instalação do serviço de radiologia a fim de atender PORTARIA Nº 342, DE 4 DE MARÇO DE 2013, onde no" Art. 7º inciso VIII - prestar apoio diagnóstico e terapêutico ininterrupto nas 24 (vinte e quatro) horas do dia e em todos os dias da semana, incluídos feriados e pontos facultativos; ".

2.1 DO OBJETO

2.2 A Secretaria de Município da Saúde de Rio Grande – RS efetivará licitação para serviço de exames de radiologia para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), considerando procedimentos e condições descritas neste Termo de Referência. Contratação de empresa para implantação de serviço de RX com funcionamento 24h horas, para atendimento em livre demanda sem limite máximo de exames. Com assistência técnica de equipamentos, equipe técnica completa e aparelho completo, situado junto as instalações da UPA Cassino.

2.3 Incluem-se no objeto, o transporte, a instalação do equipamento de RX, o

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

fornecimento de equipamentos e softwares necessários à implantação dos Sistemas de Digitalização, com os serviços de instalação, suporte técnico, capacitação e garantias de manutenção preventiva e corretiva por conta do fornecedor, bem como, a responsabilidade pelos respectivos laudos médicos.

Objeto	Valor máximo/mês	Valor máximo/ano
Incluem-se no objeto, o equipamento de RX, o transporte a instalação do mesmo, e elaboração de exames 24h ininterruptas por livre demanda de acordo com o Termo de Referência.	R\$ 76.125,00	R\$ 913.500,00

3.1 DAS QUESTÕES TÉCNICAS DOS EXAMES

3.2 Especificações:

O contrato deverá conter:

- Fornecimento de mão de obra técnica qualificada de exames de RX 24hs;
- Supervisor técnico;
- Fornecimento de EPIs próprios para o serviço de radiologia;
- Serviço técnico de dosimetria dos profissionais;
- Fornecimento de exames de RX sem limite máximo;
- Para atendimentos eletivos, laudos com resultados em até 48hs;
- Para atendimentos de urgência, imagens *on line* e laudos (digitais e impressos) em até 4hs;
- Laudo radiométrico e controle de qualidade;
- Equipamento fixo de RX completo Digital;
- Sistema DR

4.1 GARANTIA E MANUTENÇÃO: ENQUANTO PERDURAR O CONTRATO

4.2 O novo serviço deverá trazer benefícios para os pacientes e médicos agilizando a entrega de laudos e permitindo um diagnóstico mais preciso. O sistema também contará com ferramentas modernas, como por exemplo, realçar, detalhar ou ampliar as imagens dos exames.

4.3 A contratada deve fornecer equipamentos interligados à internet banda larga, com capacidade adaptativa aos equipamentos já instalados, garantir capacitação/treinamento técnico para o manuseio do sistema, bem como, a capacitação contínua e/ou eventual quando da necessidade de ampliação da equipe técnica;

4.4 A estrutura instalada deve ter capacidade para o processamento de exames (Raio-X) em livre demanda, durante vinte e quatro horas ininterruptas, com manutenção preventiva-corretiva, com disponibilidade de assistência técnica emergencial.

5.1 DA HABILITAÇÃO:

5.2 Documentos de habilitação:

- a) Estatuto Social ou Contrato Social e alterações posteriores, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos onde conste, dentro dos seus objetivos, a prestação dos serviços indicados;
- b) Cópia completa do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde CNES;
- c) Comprovante de endereço, Telefone para contato e e-mail;
- d) Inscrição do responsável técnico no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia;
- e) Declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal;
- f) Certidão de Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com no mínimo 03 (três) anos de cadastro ativo;
- g) Certidão Negativa de Débito – Fazenda Municipal;
- h) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais;
- i) Certidão de Regularidade do Fundo de garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- k) Certidão Negativa de falência e concordata;

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

- l) Curriculum Vitae resumido do Responsável Técnico (cópia da C.I., diploma e certificados de especialidade, devidamente reconhecidos pela respectiva entidade de classe);
- m) Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina – CRM;
- n) Registro do responsável técnico da empresa no CRM;
- o) Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em radiologia no Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul, do responsável técnico e seu substituto;

6.1 DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO: CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2 PRAZOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO

A Contratada deve implantar os serviços no prazo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do Contrato.

6.3 O contratado deverá disponibilizar os equipamentos e profissionais necessários ao desenvolvimento das atividades;

6.3. Frete e instalação inclusos;

6.4. Não poderá exercer atividade, o profissional, que for servidor público em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos;

6.5. O contratado que venha a se enquadrar nas situações previstas no item anterior, terá suspensa a respectiva atividade, enquanto perdurar o impedimento;

7.1 DA FISCALIZAÇÃO

7.2 O contratante realizará fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo. A fiscalização ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Saúde (CMS), por meio de Comissão de Avaliação, não excluindo ou restringindo a responsabilidade do(a) contratado (a) na prestação do serviço, objeto desse Termo;

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

7.3 A SMS e o CMS poderão realizar vistorias em qualquer época, emitindo novos pareceres, sempre que julgar necessário, sendo que, se a partir das vistorias concluir-se por pareceres de avaliação físico-funcional desfavorável e/ou de avaliação técnica desfavorável, nos serviços da contratada esta será obrigada a corrigir as irregularidades encontradas, sob pena de multa

7.4 As contratações serão efetivadas com base neste Termo de Referência, nas normas vigentes, na comprovação dos requisitos técnicos do prestador.

7.5 A contratada deverá manter cadastro e prontuários dos usuários do SUS sempre atualizados no Programa Informatizado disponibilizado pela SMS, o qual a contratada deverá ter conhecimento, permitindo o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços;

7.6 Em nenhuma hipótese e sob nenhuma forma, a contratada poderá divulgar cadastro, avaliação, arquivo e imagens dos usuários do SUS para interesse próprio;

7.7 São de inteira responsabilidade das instituições contratadas, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais e trabalhistas resultantes da execução do contrato.

7.8 A manutenção de equipamentos e da área física são de competência da Unidade de Serviços contratada, sem ônus adicionais para a SMS do Rio Grande. Visando evitar a descontinuidade da assistência, quando um aparelho necessitar de manutenção este deverá ser substituído ou regularizado em um prazo **de 15 dias** úteis.

7.9 Quando, por qualquer motivo, houver a interrupção dos atendimentos a contratada deverá informar tal situação com, no mínimo, 15 dias de antecedência, a data de interrupção dos atendimentos e a data de retorno às atividades. Em caso de interrupção por causa inesperada, a situação deverá ser informada imediatamente após a sua ocorrência, bem como a previsão de retorno dos atendimentos. O prazo máximo de interrupção deverá ser de até 30 dias consecutivos. Quando a interrupção exceder este prazo acarretará no rescisão contratual com a mesma.

8.0 DO PRAZO

Esse contrato será de 12 meses podendo ser prorrogado por até 60 meses, de acordo com a Lei 8.666/93 ou de acordo com a legislação vigente.

9.1 DAS CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS:

9.2 Os exames somente serão realizados mediante apresentação da requisição de exames de radiologia do SUS, oriundas da UPA Cassino, UBSF Cassino, UBSF Querência, UBSF Bolaxa, UBSF Senandes e UBSF Barra, UBS Parque Marinha e Parque São Pedro, assinada por médico da rede pública municipal de saúde.

9.3 Disponibilizar os resultados aos usuários, caso a SMS solicite os exames e/ou documentação dos exames eletivos entregar no prazo máximo de 48 horas. Os exames realizados em caráter de urgência deverão ser disponibilizados no sistema, imediatamente após a realização e a entrega do laudo dos atendimentos de urgência deverá ser entregue em até 4hs).

9.4 O serviço aqui previsto deverá ser realizado pela Contratada após o recebimento da Ordem de Execução de Serviço, expedida pela Secretaria de Município da Saúde, a qual se obriga a realizar tal serviço com pessoal qualificado, mediante emprego de atendimento e técnicas adequadas;

9.5 A Contratada deverá prestar o serviço com equipe médica composta por profissionais especializados em Diagnóstico por Imagem em Radiologia, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente, procedendo à realização dos exames bem como seus respectivos laudos, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos respectivos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem exceção de qualquer modalidade;

9.6 Todo o equipamento e material técnico de consumo deverá possuir certificação da ANVISA;

9.7 Manter o armazenamento e guarda dos exames e seus backups, atendendo integralmente às regras estabelecidas na Resolução nº 1.821/2007 e Parecer nº 10/2009 do Conselho Federal de Medicina. Ao encerramento do contrato, motivado ou imotivadamente, todos os exames e resultados, bem como seus arquivos físicos e eletrônicos deverão ser transferidos para a CONTRATANTE, sem quaisquer restrições à leitura ou acesso e sem nenhum ônus adicional.

9.8 O prestador contratado deverá executar, conforme a melhor técnica, os atendimentos, obedecendo rigorosamente às normas técnicas e regulamentações respectivas;

9.9 A execução dos atendimentos deverá ser realizada por meio de profissionais capacitados responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência;

10.1. INFRAESTRUTURA

10.2. A Secretaria de Município da Saúde deverá fornecer a estrutura física adequada, como sala e energia elétrica;

10.3. A empresa deverá instalar o equipamento em sala disponibilizada pela SMS na UPA Cassino, em cumprimento a legislação pertinente ao acondicionamento e utilização dos equipamentos radiológicos, para a realização de exames diagnósticos;

10.4. A empresa deverá fornecer aos profissionais envolvidos todos os equipamentos necessários para proteção radiológica;

10.5. Manter durante o contrato todas as normas técnicas e sanitárias vigentes;

10.6. Realizar estudo radiométrico e controle dos equipamentos de acordo com as exigências das autoridades sanitárias.

11.0 DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

Os recursos serão da fonte do Teto Financeiro da Média e Alta Complexidade ou outra que venha a ser publicada, com o mesmo objeto, durante a vigência do contrato.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 Mensal, mediante processamento da produção apresentada e aprovada pela comissão fiscalizadora. Entende-se por exame executado aqueles realizados, laudados e entregues.

12.2A Contratada deverá apresentar à Contratante relatório de produção de forma legível contendo relatório dos procedimentos realizados e comprovação do paciente e do profissional, através de planilha contendo número de registro, data, nome do paciente e descrição do procedimento. Os documentos comprobatórios da execução dos serviços efetivamente prestados dentro da vigência do faturamento correspondente ao período do dia 20 do mês até o dia 21 do mês subsequente, devendo ser encaminhando no prazo máximo de 05 dias após o dia

12.3O critério de medição de serviço é a manutenção do serviço funcionando 24hs, sete dias da semana, sem interrupções.

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

12.4 Além das sanções e multas previstas na cláusula décima sexta.

12.5 A administração poderá em casos de suspensão dos atendimentos acarretará em glosas, conforme descrição:

Grau	Correspondência
1	R\$ 710,00
2	R\$ 1.420,00
3	R\$ 2.130,00
4	R\$ 2.840,00
5	R\$ 3.550,00

Item	Descrição	Grau	Incidência
1	Deixar de realizar o serviço, que não seja por manutenção corretiva.	1	Após 2 dias sem prestar o serviço.
2	Deixar de realizar o serviço, seja por manutenção preventiva ou corretiva.	3	Por mais de 3 dias.
3	Deixar de realizar o serviço, que não seja por manutenção corretiva	3	Por mais de 7 dias sem prestar o serviço.
4	Deixar de realizar o serviço, que não seja por manutenção corretiva.	4	Por mais de 10 dias sem prestar o serviço.
5	Deixar de realizar o serviço, que não seja por manutenção corretiva.	5	Por mais de 15 dias sem prestar o serviço.
6	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme sujo em desalinho, ou sem crachá	1	Por empregado e por ocorrência
7	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause	5	Por ocorrência

	danos físico, lesão corporal ou consequência letais		
8	Não efetuar a reposição e funcionários faltosos em no máximo 4h.	2	A cada 4 h.
9	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes	2	Por ocorrência.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Manter durante todo o contrato as mesmas condições exigidas neste Termo de Referência;
- b) O contratado receberá pelos serviços prestados exclusivamente os valores **previstos** neste Termo de Referência, considerando a permanência das atividades sem interrupções ou suspensão dos serviços.
- c) Eventual cobrança de qualquer valor excedente aos pacientes ou de seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à declaração de inidoneidade e responsabilização cível e criminal;
- d) Os prestadores responderão exclusiva e integralmente pela utilização de pessoal para execução do objeto contratado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício;
- e) Apresentar cronograma de manutenção obrigatório prevista pelo fabricante no manual do equipamento.

13.1 Apresentar declaração de que garantirá ao Contratante, o suporte técnico especializado, bem como o fornecimento de insumos e/ou troca ou reposição de elementos necessários ao funcionamento ininterrupto do atendimento do qual depende o funcionamento do sistema implantado. A Contratada fica obrigada a prestar o serviço de segunda-feira a domingo, inclusive em feriados (municipais, estaduais, nacionais e demais recessos) durante vinte e quatro horas por dia, com escalas para não interromper o serviço em horário de intervalos e/ou refeições.

13.2 Apresentar declaração de que prestará os serviços sob sua inteira responsabilidade de forma tal que não venham gerar vínculo empregatício entre o Contratante e a empresa contratada.

13.3 Apresentar declaração de que atende ao que prevê a Norma Regulamentadora Nº 32, que define e implementa medidas de segurança e saúde do trabalhador.

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

- 13.4** O sistema implantado deve ter capacidade de absorver demanda para realização exames de Raios-X, durante 24 horas por dia, sete dias por semana. É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos adaptadores necessários ao perfeito funcionamento do sistema de radiologia.
- 13.5** Caberá a Contratada o fornecimento de computador completo.
- 13.6** É responsabilidade da Contratada toda e qualquer manutenção no equipamento e no sistema operacional.
- 13.7** É de responsabilidade da Contratada garantir o envio dos laudos via internet;
- 13.8** Garantir a liberação dos Laudos em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas úteis a partir do envio da imagem.
- 13.9** A prestação dos serviços pelos prestadores habilitados somente poderá ter início após assinatura do Termo de Contrato;
- 13.10** Manter à disposição do SUS a capacidade total ofertada através deste edital;
- 13.11** Assegurar o cumprimento integral das normas e diretrizes do SUS, assim como as normas complementares estaduais e municipais, no que couber;
- 13.12** Garantir a desinfecção, esterilização e antissepsia dos equipamentos, em perfeitas condições com as normas técnicas vigentes, bem como assegurar o uso adequado dos equipamentos, garantindo o funcionamento das instalações, para a correta prestação dos serviços ora contratados;
- 13.13** Utilizar o sistema de informação da SMS para registro das informações dos serviços prestados, obedecendo aos prazos, fluxos e rotinas de entrega da produção à Contratante;
- 13.14** Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados;
- 13.15** Observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal relativas à prestação dos seus serviços;
- 13.16** Adotar, no que couber, os princípios da biossegurança;
- 13.17** Atender o paciente do SUS com dignidade e respeito e de modo universal e equânime, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços;
- 13.18** Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços;
- 13.19** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

14.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.2 A CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

14.3 Nomear fiscais para o contrato e prestação e declarar a execução do serviço e esclarecimento de qualquer item e/ou dúvida decorrente do cumprimento, objeto deste instrumento convocatório.

14.4 Fiscalizar e atestar os serviços para fins de liquidação e pagamento.

14.5 Fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura.

14.6 Realizar o pagamento pela execução do objeto contratual, mediante o envio do do Relatório de produção (exames realizados e laudados).

15.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Caso o não cumprimento das cláusulas do Termo de Referência e Contrato o Município poderá, garantida a prévia defesa no respectivo processo, aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87 da lei nº 8.666/93.

A atuação, em discordância ao pactuado, que ocorrer em prejuízos aos usuários SUS, a servidores e/ou ao Município, em casos de inexecução parcial ou total, ou ainda através do descumprimento de qualquer Cláusula, e segundo esta cláusula poderá ser aplicado, advertência, multas relativas ao quadro constante no artigo 12 e/ou multa administrativa equivalente a 10%, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade preconizada pela Lei 8.966/93.

16.1 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.2 Fica vedada a cobrança de valores complementares aos usuários, bem como acréscimos e/ou supressões de serviços contratados, além dos autorizados em solicitação da SMS;

16.3 A contratada deverá repetir a realização de exames, sem nova cobrança ou custo adicional sempre que houve diagnóstico duvidoso.

16.4 O prestador deverá apresentar em proposta comercial os procedimentos

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE SAÚDE
PLANEJAMENTO

ofertados;

16.5 Durante execução, o quantitativo de procedimentos previstos para este contrato poderá ser readequado (aumento ou redução), se verificada existência de demanda reprimida ou necessidade de expandir/reduzir capacidade de determinada oferta, mediante justificativa do Gestor Municipal e em conformidade com a disponibilidade financeira do SUS no Município;

16.6 A contratada, desde já, ciente de que os procedimentos contratados serão realizados mediante regulação e/ou autorização da Secretaria Municipal de Saúde, conforme critérios técnicos e fluxos pré-definidos por esta;

16.7 Convocada para assinatura do Contrato, a selecionada não poderá se furtar de prestar serviços, conforme os valores estabelecidos neste documento, ficando esclarecido que a desistência posterior, sem respeito aos prazos de rescisão, poderá acarretar as sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

16.8 Será rescindido o contrato, a qualquer tempo, se a contratada não mantiver, durante o curso de Contrato, as mesmas condições que possibilitaram a participação no certame, bem como a que rejeitar qualquer paciente com demanda para realização do referido exame e já autorizado pela SMS ou, ainda aquela cujo Contrato venha a ser rescindido;

Rio Grande, 25 de Janeiro de 2022



ZELIONARA BRANCO

Secretária de Município da Saúde

FÁBIO PINTO ROSSETTINI
Matrícula 13510-0
Secretário Adjunto
SMS – Rio Grande/RS